

VIII Fórum da Associação Brasileira de Agribusiness – Abag



Realizado em Brasília, na manhã do dia 13 deste mês, o VIII Fórum Abag foi uma experiência extremamente interessante. Pretendemos repeti-lo com frequência, de acordo com a disponibilidade, o interesse e a temática. O saldo é positivo em termos da abertura do diálogo e à união necessária em torno do objetivo comum de trabalhar para o desenvolvimento do agronegócio.

Às vésperas do anúncio de um novo plano agropecuário para a safra 2007/08, o momento é único e oportuno para as lideranças empresariais e autoridades governamentais tratarem do aprimoramento da organização institucional, da eliminação de barreiras estruturais, estímulo a novos investimentos e ao crescimento sustentável.

Abertura

Deputado Marcos Montes
Presidente da Comissão de Agricultura
da Câmara dos Deputados

O PAPEL da Comissão de Agricultura vai ao encontro daquilo que os empresários e os produtores rurais buscam.

A missão é proporcionar condições favoráveis para o setor rural contribuir para o crescimento do País.

Montamos um grupo de trabalho com pessoas do Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Ministério da Agricultura, da Comissão de Agricultura, CNA e OCB. O objetivo é traçar rumos e superar a cri-

se profunda do produtor rural.

A Comissão da Agricultura é suprapartidária e aberta ao diálogo. Uma interlocução acima dos partidos políticos. O agronegócio é representado, desde o produtor até os empresários. Temos grandes parlamentares para fazer com que esse setor continue sendo a alavanca do País.

Propostas para o Agronegócio

Carlo Lovatelli
Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness – Abag

AS QUESTÕES-CHAVE são as medidas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, de modo a assegurar o abastecimento interno e a inserção competitiva na economia global, com o desenvolvimento de:

- Planejamento estratégico para as políticas públicas;
- Arcabouço legal para a segurança dos investimentos;
- Marcos regulatórios e transparência total no processo.

Pleiteamos a isonomia de tratamento por parte das pessoas com poder de influência para que o agronegócio tenha o tratamento adequado, compatível com a sua importância na economia nacional.

Os quinze pontos levantados no ano passado pela Abag continuam a valer, total ou parcialmente. Estamos numa fase de transição e esperamos evolução nos quinze temas a serem abordados.

Propostas

Planejamento Plurianual

01. Dotação orçamentária do MAPA
02. Crédito e Endividamento rural
03. Seguro rural
04. Tributação
05. Parceria Público-Privada e Custo Brasil
06. Segurança fundiária
07. Marketing e venda de produtos
08. Contratos nas cadeias produtivas
09. Negociação internacional
10. Normas e Certificações
11. Sustentabilidade
12. Defesa sanitária
13. Pesquisa, desenvolvimento & inovação
14. Agroenergia
15. Montagem institucional

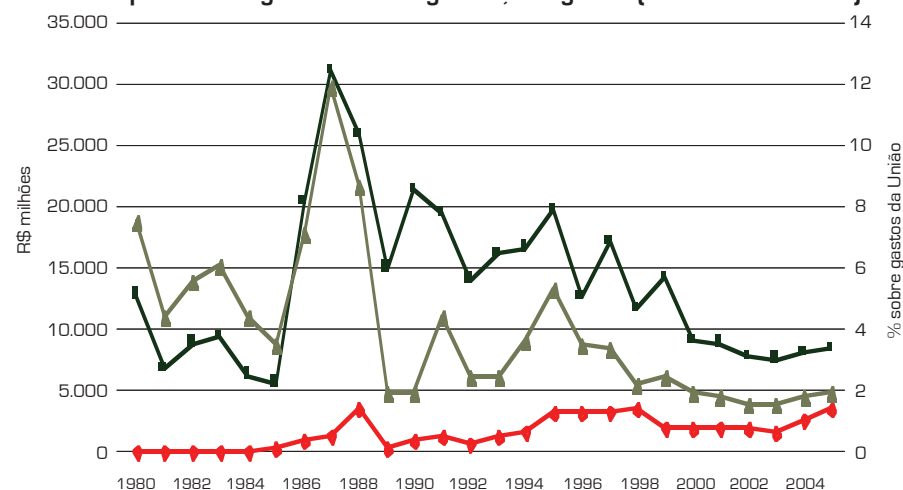
1. Dotação orçamentária do MAPA

A dotação orçamentária do Ministério da Agricultura não é compatível com a importância da agricultura nacional. Houve uma queda brutal ao longo dos anos.

meio. O *mix* da taxa de juros do crédito controlado e livre não pode superar o da taxa Selic. Definir um recurso para equalização das taxas de juros de 5% do PIB agrícola (R\$ 120 bilhões).

Dotação orçamentária do MAPA

Brasil: despesas em agricultura e organização agrária (valores de 2005*)



* Deflacionados pelo IGP-DI da FGV
Fonte: STN/MF e IPEA/IPEADATA

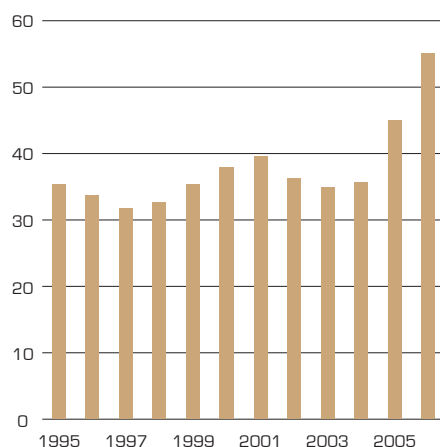
2. Crédito e endividamento rural

Oferta de crédito a juro controlado, em torno de dois terços do orçamento da safra projetado. Isso corresponde atualmente a R\$ 60 bilhões, com a formação de um estoque estratégico correspondente a um consumo interno de dois meses e

Os bancos privados devem ser autorizados a operar recursos dos fundos constitucionais. Essa medida está regulamentada, mas ainda não foi implementada. Cabe uma revisão na legislação do sistema nacional de crédito rural, com mais de 40 anos. O crédito fundiário também estaria nessa agenda, assim como o de investimento em armazenagem, para cobrir o déficit de 40 milhões de toneladas na capacidade estática do país.

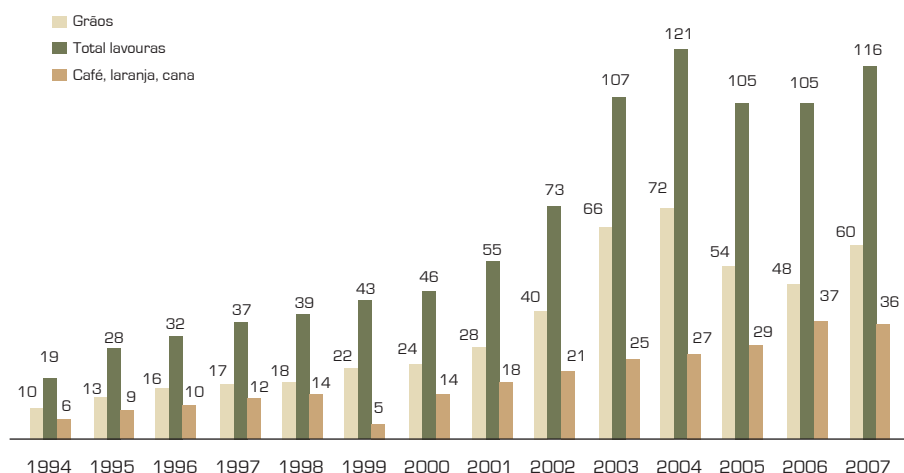
Quanto ao endividamento rural, em 1995 iniciaram-se sucessivas renegociações, com os programas de securitização e o Pesa. As crises de renda nas safras 2004/05 e 2005/06 trouxeram problemas para quitar o débito acumulado, de R\$ 80,1 bilhões. Isso compromete a liquidez e a capacidade de investimentos. O problema está concentrado no Centro-Oeste e no Rio Grande do Sul. Existe a necessidade de renegociação desse passivo, sem penalizar o adimplente e assegurando o custeio da nova safra. É importante liberar

Brasil: participação % da dívida agrícola no PIB agrícola



Fonte: Bacen e IBGE

Renda do setor agrícola (R\$ bilhões)



Fonte: IBGE e FGV
Elaboração e projeção MB Associados

as garantias hipotecárias nas dívidas ativas transferidas ao Tesouro Nacional, que vão de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões, conforme a fonte. Com isso, as dívidas ativas do Tesouro e as efetivas nos bancos variam entre R\$ 110 e R\$ 130 bilhões de reais.

É bom frisar as tendências declinantes dos preços reais de várias *commodities*, como milho, trigo, açúcar e óleos de vários tipos (soja, palma, colza e girassol). Uma contribuição para o controle da inflação. Não é oportuno falar em mudança no índice de produtividade para efeito de reforma agrária.

3. Seguro rural

Ampliar a subvenção ao prêmio de seguro, de R\$ 44 mil reais, suficientes para cobrir apenas 0,5% da área produtiva. O Brasil é o único país com um setor agrícola importante no mundo sem um seguro compatível para os produtores rurais. Definir o organismo responsável pela gestão do seguro, conscientizar os produtores sobre sua importância.

4. Tributação

De 1998 a 2004 foram baixadas 220 mil normas tributárias. A desoneração da carga tributária é vital para a competitividade das cadeias agrícola e produtiva; para eliminação da guerra fiscal entre os estados, estimular o crescimento indus-

trial e impedir sua migração para países vizinhos, com exportação de emprego e renda. As alíquotas do ICMS precisam ficar uniformes nos estados.

Outro ponto é a harmonização tributária no Mercosul. Existem as taxas diferenciadas de exportação, os famosos DETs da

Brasil: potencial para expansão da produção (milhões de ha – 2005)

Total	850	% do total	% das terras aráveis
Terras aráveis	340	40	
1. Terras cultivadas	61	7,2	17,9
soja	23	2,7	6,8
milho	11	1,3	3,2
cana-de-açúcar	6	0,7	1,8
cana para etanol	3	0,4	0,9
laranja	1	0,1	0,3
2. Pastos	200	23,5	58,8
3. Terras disponíveis	80	9,4	23,5

Fonte: MAPA, UNICA

Argentina para o trigo e agora para a soja, um privilégio adicional ao que já existe no câmbio do peso em relação ao dólar, de três para um. No biodiesel, a mesma situação, com taxa de 5%. O óleo de soja argentino sairá com o rótulo de biodiesel. O Brasil não pode permitir essa prática ainda e dar um tratamento isonômico para o Funrural e a política de biodiesel.

A isenção de PIS, Cofins nos insumos e produtos é importante para compensar a valorização do real em relação ao dólar. A implantação do Simples agropecuário também seria extremamente importante, para transformar produtores rurais de pessoas físicas em jurídicas.

5. Parceria Público-Privada e custo Brasil

O setor de distribuição corresponde a 1/3 do PIB do agronegócio, cerca de R\$ 180 bilhões de reais. O custo logístico do País é de 16% do PIB, enquanto o padrão internacional não passa de 10%. O Centro-Oeste, celeiro da produção nacional de grãos, sente esse custo. Há necessidade de uma revisão dos investimentos nos três modais de transportes – ferroviário, rodoviário e hidroviário – e na armazenagem. O tema é tão importante, ainda mais com o Plano de Aceleração do Crescimento, que terá um tratamento exclusivo neste Fórum.

6. Segurança fundiária

Garantir o direito de propriedade, como reza a Constituição Federal. Estabelecer critérios justos e adequados para determinar o que são terras improdutivas. Selecionar pessoas com vocação no trabalho no campo, para receber assistência técnica, crédito, seguro etc.

Coibir invasões de terras e promover ações para o cumprimento imediato das ordens judiciais de reintegração de posse. Impedir o repasse de recursos públicos para entidades direta ou indiretamente ligadas a movimentos que promovam invasões de terras. Estimular investimentos em boas práticas agrícolas

As mudanças dos índices de produtividade devem ser prerrogativa do MAPA, com embasamento técnico no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), ouvido o Conselho Nacional de Pesquisa Agrícola. Reconduzir as ações de desenvolvimento agrário e agricultura familiar para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, evitando a duplicidade de atividades com o atual Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA). Subordinar os assuntos de reforma agrária à Presidência da República

Investir na densificação da Rede Geodésica Brasileira – redução e isenção de custos para georeferenciamento – e registro das terras. Definir critérios rigorosos para criação de unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas. Em 2006, 11 milhões de hectares foram reservados como unidade de conservação, correspondentes a 25% da área de grãos atuais.

7. Marketing e venda de produtos

Parceria ativa do MAPA com a Agência Promotora de Exportação – Apex. Trabalho de prospecção e abertura de mercados com agregação de valores: marcas, certificações, rastreabilidade. Promoção

de um quadro de adidos agrícolas em regiões comerciais estratégicas. Desenvolver um trabalho de harmonização de normas, regulamentos e conformidade. Acompanhar o impasse da OMC, com a retomada das negociações Mercosul, UE e ALCA, e a extinção das exclusões de produtos do Mercosul.

A prioridade dos focos deve ser:

- a. Tarifas e Comércio
- b. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – SPS
- c. Barreiras Técnicas ao Comércio – TBT
- d. Regras de Origem
- e. Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio – Trips
- f. Segurança Alimentar (quantitativo)
- g. Segurança do Alimento (qualitativo)



e divulgação dos instrumentos de qualidade. Valorização dos produtos e da imagem do agronegócio.

8. Contratos nas cadeias produtivas

Proporciona previsibilidade, fidelidade e transparência nos negócios. Carreiam recursos fora do sistema oficial de crédito rural. Dirimem pendências em câmaras arbitrais. Fortalecem o sistema de defesa da concorrência.

9. Negociações internacionais

Criação de um Ministério Extraordinário de Comércio Exterior – separando as atividades de comércio das atividades de diplomacia política. Formação

10. Normas e certificações

Há uma exigência crescente dos consumidores sobre processos, meios e insumos usados na produção, com harmonização de regras para a rastreabilidade e seriedade na verificação e na certificação – coibir fraudes

Os primeiros passos são o Sisbov, PIF (Produção Integrada de Frutas) e Sapi Sistema de Acompanhamento da Produção Integrada (manga e uva).

Atentar para o Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT), com envolvimento da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (normalização), o Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro (medição) e entidades credenciadas (conformi-

dade às normas). As cadeias produtivas devem ter conhecimento e capacitação sobre o Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) na cadeia produtiva, de acordo com o marco institucional sobre as normas e certificações.

11. Sustentabilidade

O grande jogo novo está no Triple Bottom Line: economia, meio ambiente e responsabilidade social. Isso virou especificação de produto. Muito trabalho está sendo feito em cima disso. Trabalhar a nossa imagem com os públicos de interesse, doméstico e internacional, em relação a desmatamento, trabalho infantil e escravo etc.

A desinformação é um grande problema. No caso da soja, existem iniciativas internacionais de monitoramento – ou de pretensão monitoramento – de produção sustentável ou responsável com a Round Table Responsible Soy. O mundo quer padrões técnicos e científicos para as cadeias produtivas. Uma exigência dos compradores e processo de governança de mercado.

Há uma série de iniciativas. Conversar com as ONGs (Greenpeace, WWF, Conservation International, National Conservation, Ipam etc.) sobre relatórios e índices de sustentabilidade. Montar parcerias com certificadoras de reputação internacional. Esclarecer, por exemplo, a diferença entre Amazônia Legal e bioma amazônico, a distância entre a cana paulista e aquela região. Envolver Casa Civil e órgãos como Ibama, Ipen, Imazon, Incra, IBGE e Embrapa).

Adotar o Zoneamento Ecológico Econômico como metodologia para definir o percentual de utilização do imóvel para as atividades agropecuárias, bem como áreas de preservação e recomposição. Buscar meios legais para rever as competências e a composição do Conama, tornando-o paritário entre os setores público e privado produtivo.

12. Defesa sanitária

De acordo com o MAPA, os recursos do orçamento da União efetivamente aplicados em defesa sanitária, entre 2000 e 2005, sofreram queda de 46,6%, passando de R\$ 170,7 milhões para R\$ 91,2 milhões. Em

2006 o investimento equivaliu a 0,7% do valor exportado pelo complexo carnes.

O problema não é apenas orçamentário. Falta organização aos órgãos federais, estaduais e produtores e a articulação com a iniciativa privada é deficiente. Os prejuízos com o foco de febre aftosa registrado em 2005 afetaram toda a cadeia produtiva.

Criar uma Agência de Defesa Agropecuária, pública e privada, com aparelhamento material e pessoal do Estado, para fiscalização de fronteiras, fazendas, empresas de insumos e produtos, revisão da estrutura de registro de novos produtos e continuidade dos programas e extinção dos contingenciamentos.

13. Pesquisa de desenvolvimento e inovação.

Aplicação da Lei de Inovação Tecnológica (consórcios público-privados, empresas de propósito específico e incentivos fiscais para formação de parques tecnológicos). No caso da Embrapa, os recursos auferidos por meio de EPEs não deveriam ser abatidos do repasse dos recursos da União.

No Brasil, os recursos para investimentos correspondem a 0,5% do PIB agrícola, enquanto nos EUA essa taxa é de 2,3%. Isso compromete a competição e a geração de emprego e renda.

É fundamental o cumprimento dos marcos regulatórios (Lei de Proteção dos Cultivares, Lei de Sementes e a Lei de Biossegurança). Da mesma forma, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) deve cumprir a sua competência legal sobre bases e conhecimentos científicos. Os avanços tecnológicos contribuem singularmente para a conservação dos recursos naturais

14. Agroenergia

O etanol é fantástico em termos de balanço energético. No mundo, as expectativas em relação a energia renovável chegam até a 30% no ano 2050. Os Estados Unidos querem substituir 20% do consumo de gasolina por etanol de milho. Isso demandará 146% a mais da área atual do milho americano e não há terra disponível.

Só de pastagens, degradada ou reduzida por tecnologia, o potencial de área no Bra-

sil varia de 30 a 40 milhões de hectares nos próximos dez anos. Contamos com sol, água, terra e competência técnica. Um verdadeiro celeiro. Os pastos serão os grandes fornecedores de área para expansão na produção da agroenergia. Expandiremos a agroenergia concomitantemente com os alimentos, sem problemas de competição.

A dependência dos renováveis comparada a dos fósseis é muito pequena. Qual é o planejamento estratégico para o etanol e biodiesel no Brasil? O uso de biocombustíveis aumenta por pressão dos governos e dos consumidores (aquecimento global). A oscilação dos mercados de açúcar, petróleo, álcool se torna prejuízo para empresas ineficientes e novos entrantes que não dominem a operação.

Na Abag criamos um Comitê de Agroenergia, com representantes do etanol, do biodiesel, de co-geração da energia elétrica, da energia química. Temos essas energias verdes disponíveis para serem alavancadas, mas precisamos de organização, montar parcerias externas nas áreas de pesquisa, produção e comercialização; desenvolver instrumentos para a melhor gestão das cadeias produtivas; formar estoques e estabelecer contratos entre os elos da cadeia.

15. Arranjo institucional

Uniformizar discursos sobre produção, meio ambiente e saúde. Centralizar os papéis e competências do MAPA. Existem diversos órgãos que tocam o assunto do agronegócio brasileiro. Falta simbiose e uma orientação concatenada, justa, correta e consensual, com fortalecimento da argumentação técnica e científica. Então, quais são os nossos grandes desafios? O aprimoramento da organização institucional, eliminação das barreiras estruturais, estímulo a novos investimentos e um crescimento sustentável.

Também são fundamentais: a atualização do Conselho Nacional de Política Agrícola, criado pela Lei Agrícola nº 8.171/91, com definição de seus objetivos e competências e participação paritária, um marco regulatório mais orientado para economia aberta, menor dependência de recursos públicos, visão da cadeia produtiva e abastecimento e mercado externo.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paulo Protasio

Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga

O PAC é um programa estruturante e organizador de ações novas e velhas para reverter a percepção de inoperância governamental diante do baixo crescimento da economia nacional. É um instrumento mobilizador do governo em torno de empreendimentos palpáveis e controláveis e introduz a palavra desenvolvimento na “ordem do dia”.

Brasil

Infra-estrutura logística 2007-2010

Metas físicas

Modal	Km
Rodovias	45.337
Investimento público	42.090
Recuperação	32.000
Adequação/duplicação	3.214
construção	6.876
investimento privado	3.247
Ferrovias	2.518
Investimento público	211
investimento privado	2.307

Brasil: investimento (R\$ bilhões)

Modal	2007	2008-2010	Total
Rodovias	8,1	25,3	33,4
Ferrovias	1,7	6,2	7,9
Portos	0,6	2,1	2,7
Aeroportos	0,9	2,1	3
Hidrovias	0,3	0,4	0,7
Marinha mercante	1,8	8,8	10,6
Total	13,4	44,9	58,3

OGU Fiscal: R\$ 33 bilhões
Financiamento público (BNDES): R\$ 17 bilhões

Custo de exportação de soja do Brasil e dos Estados Unidos para a China (Shangai) – 2006 (US\$/t)

País	Brasil				Estados Unidos	
	Noroeste RS	Norte MT	Sul GO	Centro-norte PR	Mineapolis	Davenport
Origem	Rio Grande	Paranaguá	Santos	Paranaguá	Minnesota	Iowa
Porto						
Total	72,0	136,8	100,9	77,6	84,5	76,9
Frete rodoviário	16,2	79,5	43,6	21,3	9,7	9,7
Frete marítimo	55,8	57,3	57,3	56,3	41,6	41,6
Frete fluvial	-	-	-	-	33,2	25,6
Valor na fazenda	210,3	164,9	189,6	213,8	200,4	204,0
Custo total (2)	282,3	301,7	290,5	291,4	284,9	280,9
(1)/(2)	25,5%	45,3%	34,7%	26,6%	29,7%	27,4%

Fonte: Brazil Soybean Transportation Guide, US Department of Agriculture

Serve como balizador do Plano Plurianual 2008 / 2010 e sinaliza para políticas e ações nos estados da Federação. Cria expectativas racionais positivas para atrair o investimento privado em infra-estrutura e é indutor de uma ação público-privada consistente e objetiva.

O PAC prevê R\$ 503,9 bilhões em 2007/10, mas com somente R\$ 67,8 bilhões do Orçamento Geral da União. O resto virá da Petrobrás, com R\$ 179 bilhões, de outras estatais, do BNDES e do setor privado.

As medidas institucionais de facilitação dos investimentos são amplas e serão mais percebidas no curto prazo nos segmentos de tecnologia e construção civil.

A maioria dos investimentos escolhidos pelo PAC são prioritários para o agronegócio, mas não atendem a todas as suas necessidades. Sem ser contemplado com medidas específicas, o setor precisará de mais empreendimentos para atingir a necessária competitividade logística com seus concorrentes mundiais.

A falta de infra-estrutura afetará o crescimento da economia, pois o PIB está atrelado a:

- Continuidade da dinâmica da economia mundial
- Estabilidade macroeconômica
- Ajuste das contas públicas e da poupança interna
- Capacitação dos recursos humanos
- Câmbio favorável
- Redução do custo de capital e consequente aceleração da taxa de investimento nas atividades produtivas

Mais de 57% dos investimentos da logística vão para as rodovias, que continuarão a ser o modo de transporte predominante no curto e médio prazos. Já as ferrovias ficam com 14% dos recursos e precisarão dos investimentos das concessionárias, que são relevantes e mais centrados em material rodante, gestão e TIC.

Estão previstos investimentos de R\$ 10,6 bilhões para a Marinha Mercante, mas nada disso soluciona os entraves no transporte potencial de 8 milhões de toneladas por ano de produtos agrícolas. Para os portos são destinados R\$ 2,7 bilhões, menos que 5% do total dos recursos.

A solução logística para o agronegócio passa pela potencialização dos corredores de exportação ou pelos vetores de transporte registrados pelo Plano Nacional de Logística de Transporte.

Destaque para a inclusão dos imprescindíveis investimentos, como o corredor Centro-Norte, a exemplo da BR 163, para barateamento do transporte e escoamento dos corredores Sudeste e Sul que disputam cargas com a indústria.

Para execução do PAC foi criado um Comitê Gestor – CGPAC – para articulação das ações interministeriais. O governo se compromete a fazer uma prestação de contas à sociedade por meio de balanços trimestrais. O Congresso é parceiro no PAC e aprecia de maneira célere as medidas institucionais. O empresariado expressa apoio e dá voto de confiança ao governo.

Edilson Guimarães
Secretário de Política Agrícola do MAPA

Falaremos em três pontos:

- Plano Agrícola Pecuário;
- Seguro rural;
- Comercialização agrícola.

Trabalhamos no plano agrícola e pecuário para o período de julho de 2007 a junho de 2008, com esforço para torná-lo plurianual. Temos feito poucas mudanças nos últimos planos. Esse é um ano atípico, com a discussão importante da taxa de juros.

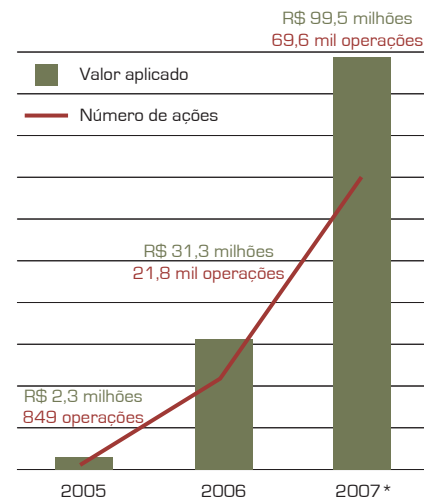
O desafio é diminuir o custo do financiamento à agricultura, por meio do aumento da quantidade de taxa de juros controlada. Hoje, está em torno de 30%. No Projeto Rural pretendemos fortalecer a chamada classe média rural, que são os produtores situados entre o Pronf e a agricultura comercial.

O apoio à comercialização deve ser anunciado antes do plantio. Fizemos isso no ano passado com soja, porque havia uma medida provisória e uma previsão no Orçamento.

O grande desafio é o seguro rural, apesar de existir no Brasil há muito tempo. Em 2003, foi criada a subvenção ao prêmio e um comitê faz a sua gestão.

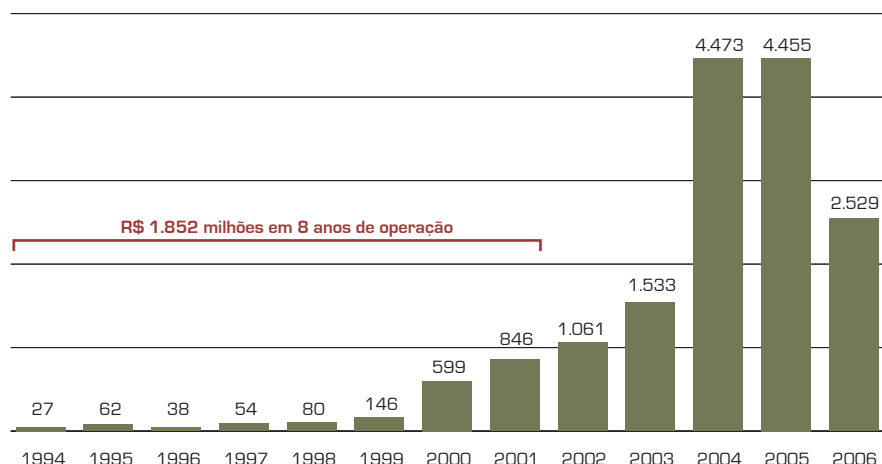
A abertura do mercado de resseguros representou um passo fundamental, com a aprovação de lei, ainda em fase de regu-

Seguro Rural



* Previsão
Fonte: SPA-MAPA

Novos Títulos do Agronegócio e CPR CPR criada em 08/1994 e Títulos do Agronegócio em 12/2004



Fonte: Banco do Brasil

Novos títulos do agronegócio

Título	Número de contratos (em mil)	Valor (R\$ bilhões)
Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA)	1,9	4,3
Certificado de direitos Creditórios do agronegócio (CDCA)	1,6	1,5
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	0,3	2,1
Total	3,8	7,9

Obs: versão preliminar

Apoio à comercialização por produto

Produto	2006		2007*	
	R\$ milhões	mil t	R\$ milhões	mil t
Algodão	255	464	546	729
Arroz	219	1.006	404	870
Milho	874	7.809	41	671
Soja**	869	11.967	429	5.354
Trigo	57	271	-	-
Outros	42	257	41	144
Total	2.316	21.775	1.461	7.768

* Até 12/06/2007

** Das operações realizadas em 2006, 10.221,7 mil t serão concretizadas em 2007, equivalendo a R\$ 768,2 milhões.

Fontes: SPA-MAPA e Conab

Brasil é muito ruim. Seguradoras e resseguradoras tiveram prejuízo nos últimos anos com agricultura. Algumas saíram do País. Falta o fundo de catástrofe,

Em 2007, esperamos atender a 10% da área. Em 2005 fizemos um teste com R\$ 2,3 milhões e 845 operações. Em 2006 fizemos um pouco mais, mas estamos longe do ideal.

Não basta disponibilizar recursos para ter um seguro vigoroso. Temos um orçamento de R\$ 99,5 milhões para 2007, correspondente à demanda do setor segurador. Convencemos algumas seguradoras. Outras ainda não estão dispostas.

Temos um arcabouço legal. Agora, precisamos de um trabalho de convencimento. Um problema sério é a falta de qualificação profissional para atender a um mercado de segurador rural crescente. Estamos trabalhando com universidades e realizando cursos para formar e colocar profissionais em condições de operar e trabalhar com o seguro no Brasil.

A disponibilidade de um banco de dados é fundamental e ainda não existe um no Brasil. Há desconhecimento sobre o risco, isso fica patente nas reuniões. Do ponto de vista do produtor, não existe hoje a cultura da contratação do seguro. A operação não cobre o percentual desejado e o prêmio é elevado. Isso só vai diminuir quando houver seguro em massa.

Na parte de apoio à comercialização, desenvolvemos o PEP, o Prop e o Pepro. Na Região Centro-Oeste, esses instrumentos compensam um pouco o custo de infra-estrutura.

Em 2007 as operações envolveram de 7,7 milhões de toneladas, com R\$ 1,4 bilhão. Fizemos um apoio forte na soja, que nunca precisou de apoio do governo, para o produtor fechar sua conta.

Os novos títulos, criados em 2004, para trazer um pouco de dinheiro – R\$ 8 bilhões – dos fundos (eles têm R\$ 1 trilhão), com o objetivo de financiar a agricultura. O primeiro deles, a CPR, criada em 94, demorou um tempo bem maior até virar um título importante. ■

lamentação. Um fundo de catástrofe está em gestação. Temos uma minuta, elaborada no final do ano passado, fruto de consenso no governo, colocada em discussão com o setor privado. Esperamos encaminhar o projeto de lei ao Congresso nesse plano de safra.

Seguro rural é um pouco diferente de seguro de carro. Dificilmente todos os carros de Brasília baterão ou serão roubados no mesmo momento. Já na agricultura não é assim. Um evento climático, por exemplo, pode devastar uma grande região ou um estado. Hoje, uma seguradora fica somente com 10% do seguro. Os outros 90% são distribuídos por resseguradoras

Precisamos trazer resseguradoras para o Brasil. A história do seguro agrícola no